

GARGALOS NUM CORREDOR JÁ ESTREITO

Cicero Araujo

Professor Titular do Departamento de Ciência Política da USP

Exposição sobre o livro de Acemoglu, Daron; Robinson, James A. The narrow corridor: States, societies, and the fate of liberty. Nova York: Penguin Books, 2019.

Em nosso ciclo de leituras de 2020, estivemos concentrados, até agora, numa discussão sobre a crise contemporânea com base na categoria do capitalismo. Ainda que apresentando análises e diagnósticos diferentes, tanto Wolfgang Streeck quanto Branko Milanović têm o capitalismo contemporâneo no centro de suas elaborações. Streeck fala de capitalismo como uma “forma de sociedade”, em maior ou menor contradição com a democracia, mas que hoje, a seu ver, se encontra numa espécie de beco sem saída. Milanović fala de capitalismo como um “modo de produção” que predomina hoje sem contestação, embora com variações importantes em termos históricos e territoriais. Mesmo que a democracia esteja em questão numa dessas variantes (aquela que vige nos países ocidentais mais desenvolvidos), para Milanović isso não afeta a sobrevivência e mesmo a predominância do capitalismo.

No caso da dupla que discutimos hoje (11/08/2020), o capitalismo não é um tópico central. Ou melhor, não é nem mesmo uma categoria de análise, ainda que se digam inspirados nas abordagens de autores como Barrington Moore, Robert Brenner e Charles Tilly. A inspiração, contudo, não vem das tradições intelectuais desses autores, para as quais o capitalismo é uma categoria central, mas da ideia de construir panoramas de longa duração, percorrendo diferentes épocas históricas em diferentes países, em processos que poderiam ser, em princípio, comparados entre si. Se há capitalismo no livro, ele aparece de forma ocasional, sem um tratamento específico e explícito – como é o caso do capítulo 13, sobre o colapso da República de Weimar (Alemanha), ou no último capítulo, quando enfoca a crise social e política contemporânea nos países ocidentais.

Mas o interesse maior do livro é, como diz o subtítulo, o “destino da liberdade” na história humana. A liberdade é justamente o “corredor estreito” a que se refere o título. Ao percorrer o livro todo, vamos encontrar diversos fatores que levam um país a entrar nesse corredor ou sair dele, inclusive os relacionados à economia. Mas a economia é tratada como um conjunto de práticas e instituições que, outra vez, atravessa

épocas. Não há um esquema conceitual específico para lidar com o capitalismo de modo separado, nem como economia nem como forma de sociedade. O que aparece, e isso sim é relevante no texto, são oposições como “economia antiga” vs “economia moderna”, “economia baseada na indústria” vs “economia baseada na agricultura ou nas finanças” etc. Essas oposições importam na análise do livro na medida em que interferem nas chances de criar ou desfazer o corredor da liberdade.

A obra reúne uma impressionante quantidade de informações históricas sobre países e locais os mais diversos, informações geralmente transformadas em breves narrativas em cada capítulo. Assim, lemos relatos da vida de comunidades africanas sem estados, até *flashes* da vida sob Estados africanos contemporâneos; da China imperial antiga até a China atual, ou da Índia dos tempos de Chandragupta e Asoka, passando pelo domínio britânico até a Índia pós-independência; ou da democracia ateniense até a Europa medieval e moderna; ou ainda episódios da história norte-americana e dos países latino-americanos. Não há nisso nenhuma pretensão de fazer uma grande síntese e dar um sentido global e único para a história humana, mas de fazer dessas narrativas um modo de adensar o esquema interpretativo, relativamente simples, exposto logo no início do livro.

Nesse esquema, são apresentados os termos fundamentais da análise que percorre o texto do início ao fim, a despeito dos diferentes casos históricos que cada capítulo conta. Vamos então à Figura 1 do livro (p.64), um gráfico que coloca esses termos do modo mais simples possível. Vejam que o espaço curvo e delimitado ao longo da diagonal do gráfico mostra o corredor da liberdade, que começa como uma bifurcação quase sem largura, na parte de baixo à esquerda, se ampliando em seguida, mas sempre dentro de um espaço mais ou menos delimitado, que pode estreitar ou aumentar, dependendo da interação de dois vetores básicos: o que eles chamam de “poder da sociedade”, de um lado, e “poder do Estado”, de outro.

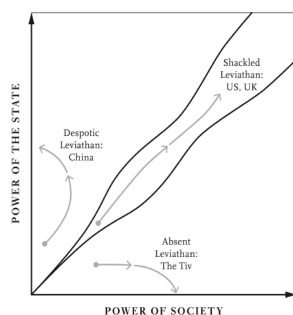


Figure 1. The Evolution of Despotic, Shackled, and Absent Leviathans

O livro nunca oferece uma definição ostensiva desses vetores, embora sejam categorias básicas. Fica a cargo do leitor inferir seu significado a partir do que eles dizem que esses vetores fazem ou se espera que façam. A suposição é que a liberdade (obviamente, outro conceito fundamental) só pode existir quando, por alguma circunstância, emerge o poder do Estado e este interage com o poder da sociedade. A liberdade de um país seria, assim, o efeito dinâmico dessa interação. É o que eles chamam de “efeito *Red Queen*” (a Rainha Vermelha, personagem criado por Lewis Carrol em *Alice através do espelho*). Mas quando um desses vetores cresce sem o crescimento equivalente do outro, o país em questão acaba saindo do corredor da liberdade, ou nem sequer entrando nele. Se o poder do Estado cresce sem a reação correspondente da sociedade, esse Estado se transforma num “Leviatã despótico”; se, ao contrário, é o poder da sociedade que se impõe, ou o Estado jamais emerge ou se torna um Estado disfuncional, em todo caso um “Leviatã ausente”. A configuração de equilíbrio, compatível com a liberdade, é chamada de “Leviatã acorrentado” (*shackled Leviathan*).

Os próprios autores advertem que falar em “Estado” ou “Sociedade” como se fossem entidades homogêneas, ou seja, sem fissuras, sem conflitos ou tensões internas, é um recurso de simplificação. Estados e sociedades não são agências monolíticas. A elevação mesma de seus poderes respectivos, graças ao efeito *Red Queen*, significa que, a cada passo na direção de mais liberdade, Estado e sociedade se complexificam, diferenciados por dentro, tornando igualmente mais complicada a visão de sua unidade. Mas esse ponto só aparece na sequência do texto, quando os autores têm de analisar as questões relativas às possibilidades de um país que está fora do corredor – p.ex., um país dominado por um Leviatã despótico – ingressar nesse corredor; ou de um país que já está dentro do corredor, vivendo sob um Leviatã acorrentado, sair dele, vazando ou para a região do Estado despótico ou para a do Estado ausente.

Conforme a exposição avança, vai ficando claro que na verdade há muitos tipos diferentes de Estados, assim como diversos tipos de estruturas sociais: tribos africanas sem Estado é coisa muito diferente da polis grega, que é já uma forma de Estado, porém muito diferente do Império chinês ou do Estado nacional europeu. Mas os autores estão menos interessados na análise desses diferentes tipos do que saber se, qualquer que seja o tipo, um Estado se encontra ou não “acorrentado” ou se poderia vir a sê-lo e de que modo, o que sempre depende do poder da sociedade. Por sua vez, o conceito abstrato de

sociedade é elaborado para reduzir seu funcionamento a duas operações básicas: pela imobilidade, quando a sociedade é um conjunto de relações que busca preservar o “eterno mesmo”, reiterando o *status quo* e as condições pré-existentes – imobilidade que os autores denominam *the cage of norms* (a “jaula das normas”); ou então pela mobilidade, quando, ao contrário, produz relações que induzem o surgimento de novos grupos sociais, os quais, exatamente por buscarem projeção própria no mundo, se insurgem contra a jaula das normas e o *status quo*.

Como uma sociedade se desloca de um modo de funcionamento para o outro? A hipótese histórica dos autores é que isso só pode ter acontecido com o surgimento do Estado. Ao ser ele mesmo um evento de quebra da jaula das normas, sua aparição como que desencadeia o movimento da sociedade. E é isso que abre caminho para o corredor da liberdade. Mas estar no corredor não é inerente à construção do Estado, apenas uma de suas possibilidades – aliás, não muito frequente na história humana: daí o corredor “estreito”, a despeito de eventuais alargamentos. O que garante o Estado é menos a liberdade do que a capacidade de estabilizar a existência coletiva pelo preenchimento de três funções: 1) a segurança da população sob seu domínio, mantendo a violência sob controle e fazendo a lei ser cumprida; 2) a mediação dos conflitos entre indivíduos e grupos sociais; e 3) o provimento de serviços públicos essenciais ao bem-estar e à prosperidade geral. Sem dúvida, estar no corredor guarda íntima relação com o cumprimento satisfatório dessas funções, uma vez que essas últimas definem, em parte, o que significa viver em liberdade. Mas as duas coisas não são idênticas.

A questão toda é que, mesmo quando busca preencher tais funções, o Estado o faz a um preço: concentrando poder à custa do poder da sociedade, ao erguer uma estrutura e uma hierarquia próprias, por cima dela. Assim, essa mesma estrutura de poder centralizado fica em posição de, ao atingir um certo nível de desenvolvimento, cumprir de modo apenas seletivo essas funções e, ao mesmo tempo, submeter a população sob seu domínio a uma condição tão opressiva quanto à de sua ausência. De fato, é exatamente isso que acontece quando o poder do Estado não é contrabalançado por algo que escape ao anelo de sua hierarquia. Para os autores, esse algo é o poder *independente* da sociedade. O Estado, portanto, é condição da liberdade – quando quebra a jaula das normas e começa a preencher as três funções acima listadas – e, ao mesmo tempo, um dos fatores de sua subversão.

Notem, de novo, que o processo em que o corredor da liberdade num determinado país é mantido ou mesmo alargado se apresenta como uma espécie de movimento de *feedback*: a tendência do poder do Estado é sempre o de crescer, de sorte que para manter o Leviatã desse país “acorrentado”, o poder da sociedade tem de crescer em igual proporção; mas ao também crescer, este último desencadeia uma resposta do Estado, que por sua vez induz uma nova resposta da sociedade, e assim por diante. Este é o efeito *Red Queen*. Mas o poder da sociedade em condição de permanente mobilidade também pode, em algum momento, *spin out* (sair do controle) e então jogar o país para fora do corredor – desta vez lançando-o para o espaço do Leviatã ausente. Isso significa que, para permanecer no corredor, Estado e sociedade tem de encontrar um *modus vivendi*, algo como uma interação “positiva”, na qual, ao competir entre si, em vez de um anular o poder do outro, ambos encontram modos de se fortalecerem mutuamente. O importante é que o crescimento de um lado seja a condição para que o crescimento do outro mantenha-se dentro de certos limites. Quanto mais dinâmica essa correlação, mais sustentável se torna o corredor da liberdade.

Como então pode acontecer o *spin out* que projeta um país para fora dele? Aqui retornamos ao problema de nossa pesquisa, que é a crise contemporânea. Ou melhor, o pedaço da pesquisa que diz respeito à crise das democracias. Vejam que o corredor da liberdade não se restringe à prática de um regime democrático – uma vez que a liberdade, para os autores, é uma condição que busca evitar não só a opressão política, mas também a opressão econômica e social –, mas certamente inclui a democracia como regime institucional. O ponto é o seguinte: o Estado, que é uma hierarquia politicamente construída, induz o surgimento de uma hierarquia social ou transforma hierarquias sociais pré-existentes. O poder do Estado se torna desproporcional em relação ao da sociedade quando o topo da hierarquia social, criada ou transformada pelo Estado, é cooptada pela hierarquia política; ou, inversamente, quando o topo da hierarquia social se serve do poder do Estado para oprimir as camadas inferiores – aquilo que a dupla chama de “cidadãos comuns”, ou o “povo”, para simplificar.

Esse processo de entrelaçamento da hierarquia estatal (ou seja, a elite política) com a hierarquia social (geralmente uma elite econômica) tende a sugar para dentro do Estado o poder da sociedade, diminuindo sua capacidade de se mobilizar e crescer. E aí emerge um segundo fator crítico. A cooptação da elite social afeta a capacidade do Estado de mediar conflitos, ao diminuir, por exemplo, a esperada imparcialidade das

instituições judiciais. Com isso, os atores independentes da sociedade, articulados na base de sua hierarquia, passam a perder confiança nessas instituições, deixando de apostar em coalizões entre as diferentes partes da sociedade – em particular as situadas no topo –, que pudessem refrear a expansão do poder estatal sem, no entanto, destruir esse poder. Uma vez instalada a desconfiança, a produtividade da interação entre Estado e sociedade vai ficando negativa, seja porque um lado tende a anular o outro, seja porque, finalmente, um dos lados acaba prevalecendo, o que destrói de vez o equilíbrio necessário à permanência do país no corredor da liberdade.

O terceiro fator crítico é mais contingente: a eclosão de um “choque” agudo nas relações sociais, interrompendo seu andamento normal – por exemplo, uma violenta crise econômica, uma catástrofe ambiental etc. – o que inevitavelmente produz um gargalo no corredor da liberdade. Nesse caso, o trajeto anterior das interações entre Estado e sociedade, isto é, seu dinamismo maior ou menor, vai importar muito na capacidade de esse país atravessar o gargalo e então permanecer no corredor.

No capítulo 13 do livro, de posse desse esquema mais complexo, os autores procuram explicar o colapso da República de Weimar, no final dos anos 1920, e o da democracia chilena, no início dos anos 1970. Em ambos os casos, pesaram decisivamente para o desfecho negativo a persistência de um tipo de elite social (os grandes proprietários de terra) que, depois de manter durante um longo tempo os trabalhadores rurais atrelados a suas propriedades, perdem esse controle e, com isso, veem também decair sua projeção na sociedade. E passam a requisitar mais intensamente a cumplicidade com setores do aparato estatal – seja no âmbito das forças armadas, seja no âmbito do poder judiciário – para recuperar seu antigo domínio e prestígio. Ainda que os trabalhadores sejam liberados de suas antigas amarras e isso reforce o poder da sociedade, devido à parcialidade dos aparatos coercitivo e judicial do Estado permanecem profundamente desconfiados das instituições e das elites sociais em geral, dificultando as coalizões que tornariam possível contrarrestar a ameaça do Estado despótico.

Se a isso se soma um estreitamento do corredor em virtude de um choque econômico, por exemplo – como ocorreu na República de Weimar, após o *crash* de 1929 –, temos então a situação dramática que de fato vai levar à derrapagem do país para fora do corredor. Condições históricas muito distintas – outro tipo de grupo ocupando o topo da hierarquia social, maior confiança da sociedade nas instituições etc.

– fizeram os Estados Unidos, na mesma época e submetido a um mesmo choque econômico, atravessar o gargalo sem perder a liberdade.

No último capítulo, os autores tratam da crise contemporânea, olhando especialmente este fator: a expansão, no topo da hierarquia social, de um grupo semelhante ao dos grandes proprietários rurais do passado e que, descolado do resto da sociedade, passa a estabelecer laços de cumplicidade com a elite política, servindo-se do poder estatal para oprimir todos os estratos da sociedade abaixo dele. Claro que não se trata mais de uma elite agrária. Agora são as corporações financeiras hiperdilatadas que ocupam seu lugar, processo agravado pela concentração do poder industrial – no caso dos Estados Unidos, especialmente – em algumas poucas corporações *hightech*. De novo, a cumplicidade entre esses grupos e a elite política gera uma desconfiança generalizada sobre a capacidade de as instituições arbitrarem conflitos de forma razoavelmente imparcial. A partir da eclosão da crise financeira de 2008, em vista do modo como os governos lidaram com ela – isto é, poupando os mais ricos e punindo os demais –, essa desconfiança só cresceu, enquanto a sociedade voltava a empregar os canais da liberdade, inclusive as urnas, para expressar sua insatisfação.

No final, os autores ainda reservam palavras esperançosas para o futuro, mas fica a impressão de que sobram dúvidas se as paredes institucionais dos países afetados terão solidez suficiente para aguentar as pressões que geram esse novo gargalo no corredor da liberdade. Isso é a crise contemporânea.